



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

08/04/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	3
2.2. JUÍZES.....	4
2.3. PRESIDÊNCIA.....	5
2.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADOR.....	7 - 8
3.2. ESMAM.....	9 - 10



Fábio Braga defende o desenvolvimento turístico da Região do Munim

PÁGINA 3

Fábio Braga defende o desenvolvimento turístico da Região do Munim

Em pronunciamento feito na sessão de quinta-feira, 5, o deputado Fábio Braga (SD) defendeu a necessidade de mais investimentos na Região do Munim para incentivar, principalmente, o turismo regional.

“Eu vou incentivar para que sejam feitos inúmeros projetos, principalmente, com o Governo Federal, para que se incentive o turismo regional no Munim. Eu vejo que dotar as cidades com uma infraestrutura básica, com boas pousadas, bons restaurantes e bons hotéis é o primordial para que se desenvolva e se gere emprego e renda para aquela região”, acentuou Fábio Braga, agradecendo a receptividade que teve no final da semana passada quando visitou os municípios de Humberto de Campos e de Icatu.

Durante a visita, Fábio Braga visitou lideranças políticas e o comércio local, onde se inteirou da situação política e econômica das cidades da região dos Lençóis. Em Icatu, o parlamentar conversou com o ex-prefeito Zezinho Matos e com o prefeito de Cachoeira Grande Tonhão e vereadores. “Entre tantas e outras conversas políticas e não políticas, nós falamos da importância econômica da cidade de Icatu e da região”, disse ele.

Em Humberto de Campos, Fábio Braga foi a convite dos amigos, desembargador Luís Gonzaga e esposa Neide Saboia; o ex-prefeito Espíndola e esposa Socorro; Manoel Freitas, pai do vereador Hexley. Ele lembrou que há mais de 20 anos esteve em Primeira Cruz e, naquela época, viu a dificuldade da população de se deslocar para aquelas cidades por via terrestres tendo em vista que não existia estrada naquela localidade.

INFRAESTRUTURA

Hoje, segundo Fábio Braga, através da estrada que liga Rosário até Barreirinhas, existe um entroncamento para a cidade de Humberto de Campos, aonde se chega a um curto prazo de tempo de 17 km. “Entendo que algumas cidades do Maranhão carecem de uma infraestrutura turística adequada para que se desenvolva o turismo regional, o turismo que gera emprego, renda e gerando receitas aos municípios. E, Humberto de Campos tem uma particularidade: quando não tinha estrada, o entreposto comercial era feito pelo Porto de São José de Ribamar”.

Uma vez feita à estrada, disse o deputado, ocorreu à ligação que faz com que a situação geográfica e estratégica da cidade de Humberto de Campos seja um entreposto comercial regional das cidades de Santo Amaro e de Primeira Cruz, Santo Amaro e Icatu e faz com que a movimentação financeira se torne cada vez mais crescente, se for dotada de uma infraestrutura turística básica aumentara mais ainda.

“Nos últimos anos, com a abertura de algumas estradas e a interligação de Barreirinhas a Paulino Neves, que faz a interligação da Rota das Emoções, vai também melhorar o turismo na região do Munim. A gente vê que Primeira Cruz, Humberto de Campos, Icatu, Morros e Axixá têm belíssimas praias, lagoas, atrativos turísticos, de belezas naturais que fazem com que durante os finais de semana várias pessoas da Ilha de São Luís se desloquem até a Região do Munim para fazer o seu turismo regional, apreciando os atrativos de belezas naturais dessa região”, destacou Fábio Braga.

Muitos desafios e importantes resultados à frente da bancada no Congresso



RUBENS PEREIRA JÚNIOR

ADVOGADO E MESTRE EM DIREITO CONSTITUCIONAL, ESTÁ EM SEU PRIMEIRO MANDATO COMO DEPUTADO FEDERAL (PCDOB)

Nesta semana deixarei de ser o coordenador da bancada do Maranhão no Congresso Nacional. Nosso sentimento é de dever cumprido, já que grande parte das metas estabelecidas para o período foram alcançadas. Foi desafiante, mas também uma honra exercer essa atividade, para a qual tive o apoio dos demais deputados e senadores, e também da população. Ampliamos o diálogo em todas as esferas e reforçamos o entendimento de que é possível unir forças para garantir um Maranhão melhor e mais justo para todos.

Desde o primeiro dia à frente da bancada, tive a tarefa de unir os colegas para fortalecer a representação do Estado no parlamento. E foi isso o que aconteceu, a começar pela liberação de verbas federais para importantes obras no estado.

Foram R\$ 100 milhões garantidos junto ao Governo Federal para duplicação da BR-135 (conhecida como a Rodovia da Morte); BR-010 (Travessia Urbana de Imperatriz), além da pavimentação de trecho da BR-226 (Presidente Dutra até Timon).

Durante a nossa gestão, após muita fiscalização e cobrança junto aos órgãos e empresas contratadas, concluímos a primeira etapa da BR-135 (Campo de Perizes), e iniciamos o asfaltamento da BR-226. Também

garantimos em 2017 os recursos e contratos para a execução das duplicações dos trechos II e III da BR-135, que vão de Bacabeira até Entroncamento, e Entroncamento até Miranda, respectivamente.

Outro resultado de extrema importância refere-se aos investimentos em saúde. Pela primeira vez, a bancada destinou emenda impositiva para auxiliar o Governo do Maranhão em melhorias nessa área. Serão R\$ 49 milhões que beneficiarão diversos municípios. Este foi um pleito dos prefeitos, prontamente atendido por nós e pelo governador Flávio Dino.

A atuação conjunta da Bancada também foi crucial para que 32 municípios maranhenses recebessem patrulhas mecanizadas, também por meio do Governo do Maranhão. Entre os equipamentos, foram entregues tratores, carretas agrícolas, grades aradoras, plantadeiras de mandioca e roçadeiras hidráulicas. Os kits potencializam o trabalho dos agricultores no preparo do solo, plantio e agilidade na colheita.

Ao privilegiar o diálogo e a interlocução com os mais diferentes segmentos, contribuimos para que o Maranhão não sofresse tanto com a diminuição de investimentos por parte do Governo Federal. Passamos por cima de querelas partidárias em prol de um único propósito: lutar pelos interesses do nosso povo. Batalhamos para reverter o corte de R\$ 224 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o Maranhão. Além disso, garantimos o descontingenciamento de outros R\$ 15 milhões para continuidade das obras realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

em São Luís.

Foi iniciada a tão esperada obra da Rua Grande, que inclui também a Praça Deodoro. Um grande sonho da capital do Maranhão, que é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco. Também foram retomadas obras dos teatros Arthur Azevedo e João do Vale, Museu de Artes Visuais, Fórum Universitário, Jucema e Palácio das Lágrimas.

Dentro do parlamento, ao longo deste período, tivemos diversas votações que a Bancada marchou unida. Entre elas, destaco a votação em unanimidade pela derrubada de trechos vetados pelo presidente Michel Temer da Lei de Reforma do Imposto sobre Serviços (ISS). Para o Maranhão, a medida permitirá uma redistribuição anual de R\$ 70 milhões para os municípios.

Junto ao Poder Judiciário, batalhamos para reverter a extinção de zonas eleitorais no Maranhão. Inicialmente, corríamos o risco de perder 27 zonas eleitorais. A partir dos argumentos fundamentados com o apoio da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), e Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recuou.

Diferente do passado, a atual legislatura privilegia a gestão democrática. Defendemos desde sempre a alternância da liderança. Sendo assim, espero que o clima de superação das desavenças políticas possa prevalecer quando o interesse for o bem comum do Maranhão. As brigas eleitorais devem ser deixadas para o período próprio de campanha. Até lá, nosso foco principal deve continuar sendo a luta pelo povo.



SEMINÁRIO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO EM PRESIDENTE DUTRA



Da esq. para a direita: Chicão (Observatório do Trânsito), Douglas Martins (Juiz de Direito), Luiz Gonzaga (Procurador Geral de Justiça), Márcio Tadeu (Promotor de Justiça), Marcos Pacheco (Secretário de Políticas Públicas do governo do Estado) e Lourival Cunha (Coordenador da SOSVIDA)

A Rede TODOS PELA VIDA NO TRÂNSITO dando continuidade as suas ações realizará dia 10.04.2018 em Presidente Dutra-MA o terceiro Seminário sobre Municipalização do Trânsito. O primeiro Seminário foi em São Luis dia 20.11.2017 e o segundo dia 01.03.2018 em Imperatriz.

O público alvo destes Seminários são os Prefeitos e/ou seus representantes a fim de serem sensibilizados para municipalizarem o trânsito, em seus municípios, integrando-os, por conseguinte, ao Sistema Nacional de Trânsito. As falas das mais diversas autoridades e representantes da sociedade civil são todas mostrando os benefícios da Municipalização para a redução das mortes e acidentes no trânsito, que gera muita dor, sofrimento e graves problemas econômicos e para o sistema de saúde pública.

Compõem a Rede TODOS PELA VIDA NO TRÂNSITO: Procuradoria Geral de Justiça, Poder Judiciário, Secretaria de Articulação de Políticas Públicas do Governo do Estado, DETRAN, CETRAN- Conselho Estadual de Trânsito, PRF-Polícia Rodoviária Federal, PMMA-Polícia Militar do Maranhão, Frente Parlamentar em Defesa da Vida no Trânsito da Assembléia Legislativa, FAMEM, SOSVIDA e Observatório do Trânsito.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (Lei nº 9.503/97)

Art. 44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência.

Art. 45. Mesmo que a indicação luminosa do semáforo lhe seja favorável, nenhum condutor pode entrar em uma interseção se houver possibilidade de ser obrigado a imobilizar o veículo na área do cruzamento, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal.



Mudança à vista

Há mais de uma década que o Tribunal de Justiça do Maranhão vem tentando viabilizar recursos para o projeto de sua transferência do Centro Histórico para a área do quase centro administrativo, perto do Fórum de São Luís. O sonho, porém, pode se tornar realidade com o presidente José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Cidade da Justiça

Joaquim tem a previsão de começar a construir a “Cidade da Justiça” em seis meses. De acordo com o presidente do TJ, o projeto envolve Também o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado. A grana não será pouca, principalmente com a crise redimensionando os investimentos no limite das prioridades.

FACILIDADE

Centro de Justiça Juvenil atende cinco mil por ano

Com um ano de funcionamento, o Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV), que reúne órgãos estratégicos de proteção e responsabilização de adolescentes em conflito com a lei, contabiliza 5 mil atendimentos ao público.

A localização estratégica, a integração dos órgãos estaduais com o sistema de justiça, o tratamento mais digno para as partes envolvidas e a celeridade no processo de apreciação dos atos infracionais são alguns dos diferenciais do Centro para o público que necessita deste atendimento.

O CIJJUV, resultado do com-

promisso do Governo do Estado com o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, integra os serviços do Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) da Funac; da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) da Secretaria de Segurança Pública; das Promotorias Especializadas do Ministério Público (39ª, 40ª e 43ª); da Defensoria Pública Estadual; da 2ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça e mais o Núcleo de Justiça Restaurativa em um único espaço físico.

Laura da Silva (nome fictício), mãe de um adolescente em conflito com a lei, foi uma das

beneficiadas com o CIJJUV. “Eu só tenho a agradecer pelo atendimento que recebi no Centro Integrado, fui atendida de forma rápida e muito bem orientada pelos profissionais, do juiz às assistentes sociais, no processo do meu filho. Foi a primeira vez que passei por essa situação difícil e ter um espaço para resolver tudo já ajuda muito”, contou.

Em apenas um ano de trabalho, os números de atendimento do Relatório de Gestão do CIJJUV já impressionam. Somente o Núcleo de Atendimento da Funac realizou mais de 2500 atendimentos aos adolescentes em conflito com a lei e familia-

res. A Delegacia do Adolescente Infrator por sua vez contabilizou mais de 1700 atendimentos, além de 356 autos de apreensão em flagrante de ato infracional e mais 663 boletins de ocorrência remetidos à justiça.

Na 2ª vara da infância e juventude foram tramitados mais de 1900 processos e 42 inspeções realizadas no atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado. As promotorias especializadas do Ministério Público somaram 976 audiências, além de 682 representações e 187 oitivas. Também foram efetuadas 44 inspeções no meio aberto e fechado.



“Não se pode julgar conforme pensa determinada camada da sociedade, e sim dentro dos ditames da lei”

BAYMA ARAÚJO MOSTRA A ILEGALIDADE DO DECRETO DE PRISÃO DE LÚCIO GENÉSIO

..... PÁG. 5 [C1]

Caso Ludmila Ribeiro

Desembargador Bayma Araújo explica habeas corpus concedido a Lúcio Genésio

O Tribunal de Justiça do Estado, por meio da 1ª Câmara Criminal, concedeu habeas corpus para o empresário Lúcio André Silva Soares, conhecido como Lúcio Genésio. Ele responde por agressão contra sua ex-esposa, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. Em novembro de 2017, o juiz Clésio Coelho Cunha decretou a prisão preventiva do acusado.

O processo tramita na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Luís. A defesa do acusado ingressou com dois pedidos de habeas corpus na 1ª Câmara Criminal do TJ-MA. No julgamento, o relator do processo, desembargador João Santana, votou pela manutenção da preventiva contra Lúcio Genésio.

Entretanto, o voto do desembargador Bayma Araújo, acompanhado pelo desembargador Raimundo Melo, revogou o decreto de prisão preventiva. O desembargador Bayma considerou equivocadas as argumentações do relator. Ele falou sobre esse assunto com exclusividade ao **Jornal Pequeno**:

“No caso deste habeas corpus, o que se está a discutir não é a gravidade do fato – de um homem ter espancado uma mulher, até porque nada justifica isso. O crime foi configurado, sim, mas tecnicamente não é caso de prisão preventiva. Seja por conta de uma pena branda prevista, incompatível com o decretar de uma preventiva.



DIVULGAÇÃO

Bayma Araújo invoca fato, norma e bom senso e afirma: prisão preventiva somente é possível com pressupostos

Prisão preventiva, tão como sentença penal condenatória, requer obrigatoriamente seja demonstrado para sua decretação de forma inequívoca qualquer dos pressupostos se lhe autorizativos previstos no Artigo 312 do Código de Processo Penal: a ordem pública, a meu ver não configurada, eis que não se tem notícia de que se trata de um espancador de mulheres; dificultar a aplicação da lei penal, coisa que o salvo conduto preserva justamente a sua aplicação, porque a possibilitar o andamento do processo com a instrução e por fim não está o paciente a esconder, desvirtuar ou ocultar as provas do processo. Ora, os salvos condutos questionados, muito ao contrário, só fazem com que o processo deságue no seu curso normal, possibilitando-se o apurar das provas e a real culpabilidade do

paciente.

No ofício de julgar não se tem que julgar conforme pensa determinada camada da sociedade, e sim dentro dos ditames da lei, porque com a lei porque fora da lei não há salvação.

Se o julgador se preocupa com plateia, com ovacionamento, com elogios da opinião pública, ou parte dela, e procurar sempre assim fazer os seus julgamentos, não estará cumprindo a lei, e sim acovardando-se. Nesse caso, o melhor a fazer é pedir o boné, ir para casa, se filiar a partido político e se candidatar. Não é o meu caso. Sou magistrado de coração, de ideal, temente tão somente e apenas à inobservância da lei, doa a quem doer. Jamais aqui comporta se discutir o crime estúpido cometido de forma irresponsável com requintes de covardia e outros

predicados incapazes até de ser mensurados. Isso é fato e ninguém pode negar. Contudo, incomportante a qualquer modo do autorizar de uma prisão preventiva. Eis que esta, ao que sabido, ultima ratio, e portanto aconselhável o aplicar de medidas outras, que não o encarceramento quando ainda não julgado o paciente.”

Sobre este processo, que tramita na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar de São Luís, o desembargador Bayma Araújo explica que o paciente é processado por infringência ao crime previsto no Artigo 129, parágrafo 1º, III e parágrafo 10 do Código Penal, cuja pena varia de um e quatro meses a seis anos e oito meses de reclusão, nela já considerada o aumento da majorante prevista no parágrafo 10 citado.

Ou seja, considerando a primariedade do réu, fácil perceber que ainda que venha a ser condenado pela acusação contra si lançada, se lhe resultante pena não muito distante do mínimo legal, situação, portanto, a permitir a provável fixação do regime inicial aberto para o cumprimento de pena (acaso condenado até quatro anos de reclusão).

Sendo assim, desproporcional e incompatível a manutenção do decreto de prisão preventiva do acusado, haja vista, a encerrar hipótese mais grave de reprimenda do que eventual condenação futura.



Giro Econômico

Aquiles Emir

aquilesemir@uol.com.br | www.aquilesemir.com.br

Seminário

A Federação das Indústrias (Fiema) promove nesta segunda-feira (09), a partir das 8h30, o Seminário Empresarial “Competitividade industrial e as instituições democráticas”, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). O objetivo é promover interlocução entre empresários e o Poder Judiciário, com foco na defesa de interesses da indústria. O diretor da Esmam, desembargador Paulo Velten, proferirá a palestra O Estado Constitucional e a Jurisprudência Empresarial do TJ-MA.

Seminário

- A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) promove nesta segunda (9/4), a partir das 8h30, o Seminário Empresarial “Competitividade industrial e as instituições democráticas”, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

- O Seminário ocorrerá no Salão Nobre da Casa da Indústria Albano Franco e tem por objetivo promover interlocução entre as indústrias maranhenses e o poder judiciário, com foco na defesa de interesses da indústria.

- O Seminário Empresarial contará com a presença do presidente da FIEMA, Edilson Baldez das Neves, e do diretor da ESMAM, desembargador Paulo Velten, que ministrará palestra com o tema “O Estado Constitucional e a Jurisprudência empresarial do TJ-MA”.

- Paulo Velten é mestre e doutor em direito Civil PUC/SP, especialista em Direito Empresarial Mackenzie/SP.